

Sobre a articulação dos modos de produção em Angola.

Uma nota metodológica

O ponto de partida da presente nota é uma certa insatisfação com a qualidade analítica dos estudos até hoje realizados — inclusive pelo próprio autor — sobre as formações sociais contemporâneas na África de expressão portuguesa. O seu propósito é o de insistir na necessidade de recorrer, de forma decidida e sistemática, a um instrumental que deu amplas provas das suas potencialidades analíticas no campo dos estudos africanos: o derivado da teoria dos modos de produção.

Neste contexto, o caso de Angola serve como exemplo ilustrativo. A escolha recaiu sobre este país porque continua a ser, entre as cinco antigas colónias portuguesas em África, o relativamente mais estudado, em termos de ciências sociais¹.

Da literatura relevante começam a emergir, lentamente, os contornos de uma formação social criada há poucas décadas pela intervenção colonial e que, na Angola independente, entrou num difícil processo de transformação. O que, porém, falta até ao presente momento — e é esta a razão da insatisfação acima referida — é captar, em termos analiticamente adequados, a estrutura básica desta sociedade ou, noutra linguagem, a lógica/dinâmica fundamental a que obedeceu a constituição colonial da formação social angolana — assim como a lógica/dinâmica que, na fase pós-colonial, constitui, ao lado das interferências directas do sistema político internacional, a determinante principal das transformações societais em curso.

As causas da carência aqui assinalada são, sem dúvida, múltiplas. Uma das mais importantes é, provavelmente, a de o objecto das análises globais da Angola contemporânea (ou seja, da Angola posterior aos anos 20) não ter sido, por via de regra, a formação social angolana, mas sim o colonialismo português em África, o «sistema colonial português», como dirá Armando Castro². Análises estas que tiveram, frequentemente, um carácter mais ou menos acentuado de denúncia e até de combate, cuja legitimidade moral e política é tão evidente quanto a sua utilidade histórica para contrabalançar

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ Vide o balanço geral em Heimer 1981, a que é preciso acrescentar as seguintes referências: Bender 1981, Bhagavan 1980, Carvalho 1981, Comte 1969 (estudo até há pouco ignorado), Decke 1981 (versão revista de uma tese de doutoramento apresentada em 1980), Dias 1981, Gonçalves 1980 a, b, Houtari 1978, Martin 1980, Ribeiro 1981, Rocha *et alii* 1980 (versão revista de 1979 b), Torres 1981 a, b, c, 1982, Wheeler 1980.

² Vide Castro 1978.

toda uma literatura implícita ou explicitamente apologética³ — mas que, inevitavelmente, levou a simplificações onde a realidade societal angolana se reflecte de maneira apenas parcelar ou reduzida e não raras vezes incorrecta.

Para qualquer tentativa que se propõe apreender a formação social angolana na sua totalidade, e na sua lógica fundamental, o problema central é duplo: à imagem do que sucedeu na maior parte dos países africanos, esta formação é extremamente complexa/heterógena e sofreu (e continua a sofrer) processos incisivos de transformação no curto espaço de apenas duas a três gerações. Até aos anos 70 do século passado existe, por um lado, um «núcleo colonial» — geograficamente, uma rede de núcleos —, ocupando cerca de 2% do território da Angola de hoje, e, por outro lado, um número considerável de sociedades africanas, com poucas excepções ainda politicamente independentes, que possuíam as características mais diversas e que, em grande parte, mantinham uma ou outra forma de interacção, directa ou indirecta, com o núcleo colonial. Seguem-se cinquenta anos marcados por esforços militares, administrativos e políticos portugueses, com o objectivo de delimitar o território e de estabelecer a sua «ocupação efectiva». Simultaneamente, embora em ritmo muito mais lento, verifica-se uma consolidação/expansão do núcleo colonial, nos níveis económico e ideológico-cultural, com a correspondente intensificação da interacção com as sociedades africanas. É só a partir dos anos 20 do nosso século que se pode começar a falar numa formação social angolana, precariamente constituída, implantada no território então definido, sob a forma de um conglomerado onde o núcleo colonial é o centro dominante e as sociedades africanas são reduzidas ao *status* de periferia⁴. As diferenças entre as sociedades africanas são em parte neutralizadas e em parte acentuadas por uma dominação colonial que recorre a uma variedade de mecanismos, em função tanto das «necessidades» do núcleo (e da metrópole) quanto das situações regionais em Angola. Durante as décadas subseqüentes verifica-se uma incorporação cada vez maior das sociedades africanas «periferizadas» nesta nova formação social e a sua transformação a partir de um centro em expansão cada vez mais acentuada. Até ao fim da era colonial estava-se, porém, ainda muito longe de uma homogeneidade/integração societal e as condições em que decorreram os primeiros anos pós-coloniais não permitiram ainda que se alcançassem, a este nível, os objectivos almejados pela «reconstrução nacional».

Dada a grande complexidade desta formação social — em termos de componentes, de níveis de funcionamento, de mecanismos de vinculação interna —, parece excluído apresentar dela um quadro simultaneamente diferenciado, coerente e adequado, sem o recurso a uma abordagem teórica explícita e reflectida. Meras descrições, ou análises do tipo «senso comum», não parecem aptas a alcançar o objectivo em questão. Em tese, dispõe-se de várias abordagens utilizáveis para a finalidade proposta. Considerando, por um lado, o rumo dos estudos sobre a Angola contemporânea⁵ e, por outro,

³ Não é por acaso que, no âmbito desta literatura, não foi produzida nenhuma tentativa séria para analisar a sociedade angolana no seu conjunto.

⁴ Uma descrição (e análise, em termos heurísticos) da formação social angolana, com recurso ao modelo centro-periferia aqui utilizado, foi várias vezes ensaiada pelo autor, de maneira mais diferenciada em Heimer 1979.

⁵ Os trabalhos mais relevantes, no presente contexto, parecem ser os seguintes: Andrade e Ollivier 1971, CEDETIM 1977, Clarence-Smith 1980, Decke 1981, Dilolwa 1977, Ferreira 1978, Gonçalves 1980 a, b, Guerra 1975, Heimer 1979, Morais 1974, Morais 1978, Rocha *et alii* 1979 a, 1980, Silva 1978 (em preparação), Torres 1981 b, 1982.

a experiência verificável ao nível internacional no campo dos estudos africanos, o tipo de achega cuja utilização consequente parece impor-se, com prioridade, é, no entanto, o derivado da teoria dos modos de produção.

Não é nossa intenção, nem teria sentido, apresentar aqui a referida teoria — melhor dito, a corrente que deu origem a uma elaboração teórica extremamente fértil e, no campo dos estudos africanos (e não só), a avanços muito significativos na investigação de realidades sociais até então muito mal compreendidas. O que importa, isso sim, é sublinhar que a elaboração teórica em questão não produziu um instrumentário analítico acabado, uma espécie de caixa de ferramentas prontas para o uso. É quase o contrário que se dá por enquanto: a intuição básica da teoria dos modos de produção deu origem a várias linhas de elaboração/reelaboração cujos resultados, em termos de conceitos e de hipóteses (formais e materiais), são de natureza nitidamente provisória, não permitindo nenhuma aplicação «tranquila» ou dogmática⁶. Situação esta que pode, inclusive, levar à conclusão de que os próximos passos, nesta área, não deveriam procurar dar-se pela via de uma concentração voluntarista na (mera) reflexão, mas antes pela de uma utilização, mesmo tentativa, dos instrumentos hoje existentes para a análise de «empírias» concretas.

O «rendimento analítico», já assinalado, que a teoria dos modos de produção teve, e continua a ter, no campo dos estudos africanos pode servir como argumento para apoiar tal conclusão/recomendação. Esquemáticamente falando, as razões para este «rendimento» parecem ser de três ordens:

- a) O conceito básico da produção/reprodução social exige (e consegue suscitar) um esforço para captar sociedades na sua totalidade — nos níveis económico, político e ideológico, como dirá a linha inspirada por Louis Althusser⁷ —, mas, ao contrário de outras achegas, como, por exemplo a estruturalista-sistémica, esta totalidade não é vista de maneira estática: os processos de transformação aparecem, ao contrário, como dimensões constitutivas da totalidade que se pretende captar. Dada a extrema rapidez das transformações sociais em África nas últimas décadas, trata-se de uma «vantagem» óbvia e fundamental.
- b) A teoria dos modos de produção, em vez de estabelecer uma tipologia definitiva, destinada a «rotular» as diferentes sociedades — embora não raros dos seus seguidores (e opositores) a tenham entendido desta forma —, propõe uma linha de indagação que indica um caminho por onde se pode esperar chegar a definir o(s) princípio(s) básico(s) que rege(m) uma dada totalidade societal. Em termos (ultra)simplificados, esta indagação visa a lógica (dominante) que determina a maneira como uma dada sociedade se produz/reproduz, privilegiando o aspecto das relações sociais de dominação. Tal indagação básica pode facilmente desdobrar-se em aspectos parcelares cada vez mais operacionais, como o ilustra a listagem (em aberto) formulada por Michaela von Freyhold⁸:

⁶ A título de ilustração, vide Hindess e Hirst 1975, Srour 1978, Freyhold 1978, Taylor 1979, Wolpe 1980, Silveira 1980, 1982.

⁷ Vide, a título de exemplo, Hindess e Hirst 1975.

⁸ Vide, Freyhold 1978.

- 1.º Organização do processo de produção como uma conjunção de relações sociais de dominação e de uma interacção com a natureza.
- 2.º Formas de sujeição dos produtores imediatos àqueles que garantem, no seu interesse próprio, a reprodução da sociedade no seu conjunto.
- 3.º Divisão social do trabalho e utilização selectiva das forças produtivas existentes para actividades determinadas.
- 4.º Organização da classe dominante, as estratégias por ela seguidas para a ampliação/consolidação da dominação, os critérios da distribuição interna das funções da dominação (económica, política, ideológica) e dos seus benefícios.

Para o campo dos estudos africanos, a vantagem desta perspectiva é dupla. Por um lado, a proposta de uma linha de indagação, em vez de uma categorização apriorística (por outras palavras, de um *método* em vez de um *esquema* fixo), permite abordar, com espírito aberto, sociedades que, à partida, são relativamente pouco conhecidas, ampliando este conhecimento no processo da indagação e estabelecendo definições categoriais apenas quando a base empírica e o processo de reflexão o permitirem. Deste modo, a abordagem afigura-se particularmente apta a captar as sociedades africanas «pré-capitalistas» nas suas (diferentes) especificidades constitutivas. Por outro lado, uma indagação que privilegia a dimensão da dominação é de uma relevância evidente na análise de formações sociais (quase) sem excepção directamente resultantes de uma forma particularmente caracterizada de dominação, ou seja, a colonial.

- c) Finalmente, a achega proposta pela teoria dos modos de produção — além de permitir a caracterização de sociedades de tipos diferentes, muito embora em termos que as tornam analiticamente comparáveis — oferece a vantagem de não encarar as sociedades como sistemas fechados. Bem ao contrário: a dimensão da interacção entre sociedades e, em particular, da articulação entre sociedades obedecendo a modos de produção diferentes é tão constitutiva para a abordagem quanto a da perspectiva diacrónica. Deste modo, a abordagem aparece como um instrumento «feito sob medida» para captar, em África, processos de articulação que tiveram o seu início numa fase de interacção entre sociedades (africanas, europeias, asiáticas) mutuamente independentes e que se apresentam, na fase contemporânea, como processos de articulação/incorporação no quadro de formações sociais africanas inteiramente novas.

A maior parte dos trabalhos aqui relevantes sobre a Angola contemporânea reflectem, de um modo ou de outro, preocupações analíticas inseridas no quadro das aqui referidas. Ressaltam, sem excepção, as dimensões constitutivas da dominação e da transformação e geralmente procuram compreender a estrutura fundamental da sociedade em termos de relações sociais de produção/reprodução. Vários entre eles tentam, inclusive, captar a realidade social angolana na sua globalidade — mas é justamente nestes casos que as falhas, deficiências ou, no mínimo, limitações das abordagens teóricas/metodológicas utilizadas, explícita ou implicitamente, se tornam mais evidentes.

Neste contexto, uma linha importante é a articulada por Mário de Andrade e Marc Ollivier (1971) e retomada por uma equipa do CEDETIM (1977). Aqui, o pressuposto subjacente parece ser que a «ocupação efectiva» de Angola implantou o modo de produção capitalista no território com tal força esmagadora que os modos de produção pré-capitalistas foram totalmente desestruturados ou subsistem apenas residualmente. A consequência que os autores tiram, muito embora sem problematizar este ponto ou assumir uma posição explícita, é a de que já está constituída, a partir dos anos 30 do nosso século, uma formação angolana não apenas global (no sentido de abranger o território inteiro), mas também suficientemente homogénea para que a sua estrutura básica possa ser analisada apenas em termos de uma divisão «horizontal» em classes⁹. Esta abordagem ignora que a referida desestruturação, sem dúvida um processo característico do período de ocupação colonial, foi tudo menos total e que correspondia, pelo contrário, à lógica do sistema colonial português em Angola — do mesmo modo que à de outros sistemas coloniais noutras partes de África — manter a maior parte das sociedades «tradicionais» durante muito tempo numa situação de «auto-regulação limitada», para que pudessem continuar a assegurar, em moldes e segundo «lógicas» não capitalistas, a produção de excedentes agrícolas e a produção (e reprodução, integral ou, mais frequentemente, parcial) de uma mão-de-obra «barata», permitindo assim a apropriação, pelo modo de produção capitalista, de mais-trabalho e/ou mais-valia em termos excepcionalmente favoráveis¹⁰. Não levando em conta este aspecto constitutivo, os autores aqui discutidos não têm outra saída senão a de prever uma categoria pouco diferenciada de «camponeses», onde se inserem mais de dois terços da população — como o fará também, e de um modo particularmente esquemático, Henrique Lopes Guerra (1975). Bettina Decke (1981), ao analisar as origens e os condicionamentos sociais dos movimentos anticoloniais, procede a uma diferenciação algo maior, no tocante às sociedades «rurais», tanto ao nível económico quanto ao nível ideológico-cultural, partindo, no entanto, também do princípio de que as «lógicas» não capitalistas já haviam, a partir dos anos 50, deixado de ter uma relevância constitutiva para a formação social angolana.

Uma outra linha é a que analisa a sociedade angolana, essencialmente, em termos de dominação racial. O esforço mais explícito neste sentido é o empreendido por Gerald Bender (1978), que, ao denunciar o carácter ideológico das teorias «lusu-tropicais», faz ressaltar com nitidez a importância fundamental das clivagens raciais na Angola colonial — mas que, ao mesmo tempo (se quisermos, por omissão), leva à conclusão de que estas clivagens representam a estrutura básica da sociedade angolana, em vez de destacar que as clivagens raciais (como também as étnicas) não podem validamente ser analisadas senão em correlação estreita com as clivagens mais profundas (e só parcialmente coincidentes) entre as classes e os modos de produção¹¹. Na obra de René Pélissier (1978), a descrição das realidades sociais angolanas parece igualmente sugerir as clivagens raciais como base das relações de dominação política e económica, muito embora o texto permita às vezes uma

⁹ Tal posição é algo surpreendente em CEDETIM 1977, uma vez que o elemento dominante entre os autores, Hugues Bertrand, havia seguido, em obra anterior (vide Bertrand 1975), uma abordagem mais diferenciada, inspirada por Pierre-Philippe Key (especialmente, Key 1971).

¹⁰ Vide Wolpe 1972 e Key 1977.

¹¹ Vide a recensão em Heiner e Silva 1981.

leitura apontando para causalidades mais complexas. Henrique Lopes Guerra (1975), ao elaborar um esquema das classes na Angola colonial, atribui à clivagem racial uma importância de tal modo fundamental que apresenta, de facto, dois esquemas paralelos — um para brancos, outro para negros e mestiços —, o que lhe coloca problemas insolúveis de consistência e de validade.

Uma terceira linha é a dos trabalhos exclusivamente concentrados na esfera «económica», por outras palavras, a da produção/distribuição de bens e serviços¹². Mais particularmente, trata-se aqui de trabalhos relativos à «economia colonial», ou seja, à economia incluída no âmbito do modo de produção capitalista, em que a economia (de subsistência, mas não só) das sociedades periféricas apenas é contemplada na medida em que está integrada nos circuitos do modo de produção capitalista: através de bens e serviços por elas comprados ou vendidos, ou de mão-de-obra por elas fornecida. As economias periféricas como tais não se tornam objecto de análise e não são captadas na sua dinâmica própria, e a sua articulação com o modo de produção capitalista não aparece como o que é na realidade — um entrosamento, em condições específicas, entre sistemas diferentes, com implicações estruturais profundas para todos eles.

As limitações e, por vezes, distorções verificadas nas três linhas atrás referidas parecem dever-se a duas causas principais. Por um lado, as obras em questão reflectem, em boa parte, um estágio da reflexão teórica sobre as formações sociais contemporâneas em África que é anterior ao «salto qualitativo» dado, na área dos estudos africanos, no decorrer dos anos 70, graças a esforços interligados nas esferas da antropologia económica, da historiografia, da economia política e, por fim, da sociologia¹³. Esforços estes que, conforme já aludimos, levaram, na perspectiva da teoria dos modos de produção, a uma considerável ampliação e diferenciação do leque das indagações e a uma adequação cada vez maior destas indagações à realidade sob análise. Por outro lado, no caso de Angola, tem sido um factor limitativo de primeira ordem o tradicional desconhecimento das sociedades periféricas, que tornou possível a elaboração de trabalhos em ciências sociais onde aparecem como realidades marginais/residuais, ou então como mera «massa de manobra» passiva e amorfa, do modo de produção capitalista. Não é, portanto, surpreendente que as primeiras contribuições para uma tentativa, ainda muito incipiente, no sentido de aproveitar os esforços teóricos acima referidos para a reformulação de abordagens analíticas aplicáveis à formação social angolana contemporânea tenham a sua origem, justamente, numa preocupação com as sociedades «rurais».

Neste contexto, tem sido de uma utilidade apenas secundária a tradicional literatura etnográfica, enquanto impulsos decisivos vieram de uma área totalmente diferente: a dos numerosos trabalhos de levantamento realizados e publicados pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, entre 1962 e 1974, e dos estudos de sociedades periféricas feitos com base em (ou em conexão com) estes levantamentos. Tais estudos, quer de carácter configurativo, quer concebidos numa perspectiva ecossistémica¹⁴, puseram sempre em

¹² Vide Dilolwa 1978, Ferreira 1978, Rocha *et alii* 1978 a, Torres 1981 b, 1982. Muitas das verificações feitas neste ponto aplicam-se também às análises económicas incluídas em Andrade e Ollivier 1971, Guerra 1975 e CEDETIM 1977.

¹³ Ilustrativas deste esforço são obras como Amin 1973, Gutkind e Wallerstein 1975, Pouillon 1976, Palmer e Parsons 1977, Oppenheimer 1978.

¹⁴ A primeira categoria pertencem, i.a., Poessinger 1968, 1973 e Morais 1978; à segunda, Silva e Morais 1973 e Morais 1974.

relevo a dinâmica própria das economias analisadas e a sua estreita adaptação às respectivas condições ecológicas, ressaltando ao mesmo tempo o impacto, por via de regra destrutivo, da sua interacção com a economia colonial. Inserindo-se nesta óptica, o autor sublinhou a necessidade de compreender a formação social angolana, em meados do século XX, como um conglomerado de sociedades em «interacção assimétrica», propondo inicialmente um modelo analítico centro-periférico com forte conotação ecossistémica¹⁵ e postulando mais tarde uma «tradução» do mesmo modelo em termos de uma articulação de modos de produção¹⁶ cujas potencialidades analíticas, em se tratar de realidades sociais, se afiguram actualmente como nitidamente superiores às da teoria ecossistémica¹⁷.

Enquanto as publicações do próprio autor, ao seguir o referido postulado, se mantiveram então num nível meramente heurístico, alguns trabalhos recentes, todos de alguma maneira relacionados com a «tradição» da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola e utilizando dados por esta produzidos, começaram a «avançar» algo mais. Manuel Alves da Rocha *et alii* (1980), concentrando-se sobre alguns aspectos parcelares e escolhendo um alto nível de generalização, forneceram um estímulo útil para a discussão em curso. Elisete Marques da Silva (1978, em preparação) limita-se à análise das sociedades agro-pastoris do Sul de Angola, utilizando a teoria dos modos de produção sob a forma de uma «grelha simplificada», de inspiração althusseriana, para ordenar o conjunto dos dados disponíveis até à data, continuando de certo modo os trabalhos de Gervase Clarence-Smith sobre o período histórico imediatamente anterior¹⁸. Clara Gonçalves (1980 a, b), recorrendo a um instrumentário de certo modo mais «clássico» (equacionando a problemática da articulação em termos de subsunção formal e real ao capital), tem a vantagem inestimável de poder, em virtude da sua «observação participante», estender a sua análise para além da era colonial, incluindo os primeiros dois anos posteriores à independência e abordando a questão da transformação das sociedades (ainda) periféricas a partir de um centro que propõe, a prazo, a transição para o socialismo da formação social angolana no seu conjunto¹⁹.

Em termos de uma utilização da teoria dos modos de produção, para uma compreensão mais adequada da realidade angolana contemporânea, o mérito destes últimos trabalhos consiste, sobretudo, no facto de terem fornecido primeiras ilustrações do potencial analítico da abordagem geral e de haverem sublinhado que se trata de um instrumentário capaz de servir não apenas para fins de uma reconstrução histórica, mas também para captar, de forma diferenciada, as pré-condições e a natureza do processo societal em curso, na fase pós-colonial²⁰.

Estas verificações permitem concretizar algo mais a recomendação genérica acima formulada. Pareceria que uma aplicação mais consequente e frutuosa da teoria dos modos de produção à Angola contemporânea teria de

¹⁵ Vide Heimer 1975, que aparece na sequência de Heimer 1972-73, 1973.

¹⁶ Vide Heimer 1979.

¹⁷ Esta afirmação não nega a possibilidade de uma elaboração da teoria ecossistémica na direcção de uma teoria dos sistemas ecoculturais capaz de explicar realidades sociais numa medida mais ampla e diferenciada. Vide as achegas ainda mais intuitivas em Silva 1974.

¹⁸ Vide Clarence-Smith 1979.

¹⁹ Nas palavras de Basil Davidson (1977, p. 140), a estratégia visa a criação de uma «sociedade não capitalista capaz de se tornar socialista».

²⁰ A este respeito, vide Heimer 1980.

passar, em primeiro lugar, por «estudos de caso» de algumas das sociedades periféricas mais importantes. Estudos estes que, valendo-se sistematicamente (embora não exclusivamente) das achegas elaboradas no âmbito da antropologia económica, reconstruiriam, a partir dos dados existentes²¹, completados por levantamentos de dados orais²², o que foi, e como se transformou, o respectivo modo de produção em condições de ocupação colonial. Paralelamente, serão necessários estudos aprofundados da sociedade central colonial em termos não meramente económicos, mas das suas relações («internas» e «externas») de produção/reprodução, a todos os «níveis». No seu conjunto, tais estudos criarão a base para se poder, em seguida, proceder aos indispensáveis reajustes nas análises da formação social angolana como um todo, na fase de 1930 a 1974. No referente à fase pós-colonial, é fundamental captar com precisão as transformações ocorridas no seio da sociedade central, sempre em termos de relações sociais de produção/reprodução, e o modo de produção para o qual o MPLA está a encaminhar o país desde a independência. Ao mesmo tempo, esta fase exige também que se investigue, na sua especificidade e diferenciação, a situação presente das sociedades (ainda) periféricas e a sua articulação efectiva com a sociedade central, para se poder estabelecer de forma correcta a natureza da formação social angolana de hoje, e do(s) processo(s) de transformação por que está em vias de passar.

BIBLIOGRAFIA

- Amin, Samir (1973), *Le développement inégal: Essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*, Paris, Minuit.
- Andrade, Mário (Pinto) de, e Ollivier, Marc (1971), *La guerre en Angola: Étude socio-économique*, Paris, Maspero (*A Guerra em Angola: Estudo Sócio-Económico*, Lisboa, Seara Nova, 1974).
- Bender, Gerald J. (1978), *Angola Under the Portuguese: The Myth and the Reality*, Londres + Berkeley, Heinemann + University of California Press (*Angola sob o Domínio Português: Mito e Realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980).
- (1981), «Angola: Right, Left & Wrong», in *Foreign Policy*, n.º 43, pp. 53-69.
- Bertrand, Hugues (1975), *Le Congo: Formation sociale et mode de développement économique*, Paris, Maspero.
- Bhagavan, M. R. (1980), *Angola: Prospects for Socialist Industrialization*, Upsala, Scandinavian Institute for African Studies.
- Castro, Armando (1978), *O Sistema Colonial Português em África (Meados do Século XX)*, Lisboa, Caminho.
- Carvalho, Carlos Costa (1981), *La population noire de l'Angola*, Lisboa, INE/Centro de Estudos Estatísticos.
- CEDETIM (Groupe Afrique Centrale du Centre d'Études Anti-impérialistes) (1977), *Angola: La lutte continue*, Paris, Maspero.
- Clarence-Smith, William Gervase (1979), *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola, 1840-1926*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (1980), *Capital Accumulation and Class Formation in Angola, 1875-1961*, manuscrito não publicado.
- Compte, Philippe (1969), *L'abolition du travail forcé en Afrique Portugaise*, manuscrito não publicado.
- Davidson, Basil (1977), «Angola Since Independence», in *Race and Class*, 19 (2), pp. 133-148.

²¹ Entre estes, os resultados dos levantamentos feitos pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola continuam a constituir uma fonte de primeira importância. Numerosas fontes escritas encontram-se entretanto reunidas nos arquivos do Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica, em Luanda.

²² Uma primeira e importante iniciativa neste sentido foi tomada pelo Laboratório Nacional de Antropologia, de Angola, a partir de 1980, sob a forma de uma recolha sistemática de dados orais relativos à história local, na região do Soyo.

- Decke, Bettina (1981), *A Terra É Nossa: Koloniale Gesellschaft und Befreiungsbewegung in Angola*, Bona, Informationsstelle Südliches Afrika.
- Dias, Jil R. (1978), *Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland: The Impact of Trade and Colonization on the Mbundu, 1845-1920*, manuscrito não publicado.
- (1981), «Famine and Disease in the History of Angola, 1830-1930», in *Journal of African History*, 22 (3), pp. 349-378.
- Dilolwa, Carlos Rocha (1978), *Contribuição à História Económica de Angola*, Luanda, sem editora.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1978), *Transformação e Consolidação da Economia Colonial Angolana*, manuscrito não publicado.
- Freyhold, Michaela von (1978), *Ueberlegungen zur Frage, wie man Produktionsweisen untersucht*, manuscrito não publicado.
- Gonçalves, Maria Clara Rodrigues (1980 a), *Aspects sociologiques de la transition dans la société rurale angolaise: le cas des coopératives de production agricole*, tese de licenciatura, Louvain-la-Neuve, Université Catholique de Louvain.
- (1980 b), *Les transformations de la politique agricole en Angola: Le cas des coopératives de production*, Outignies/Louvain-la-Neuve, Centre Tricontinental.
- Guerra, Henrique (Lopes) (1975), *Angola: Estrutura Económica e Classes Sociais*, Luanda, Livrangol (Lisboa, Edições 70, 1979).
- Gurkind, Peter C. W., e Wallerstein, Immanuel (orgs.) (1975), *The Political Economy of Contemporary Africa*, Beverly Hills + Londres, Sage.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1972-73), *Educação e Sociedade nas Áreas Rurais de Angola: Resultados de Um Inquérito*, vol. 1, *Apresentação do Inquérito. Estatísticas Descritivas*, Luanda, Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, 1972; vol. II, *Análise do Universo Agrícola*, manuscrito não publicado, 1973.
- (1973), «Education, Economics and Social Change in Rural Angola: The Case of the Cuima Region», in id. (org.), *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum, pp. 111-143.
- (1975), «Estrutura social e descolonização em Angola», in *Análise Social*, 10 (4), 40, pp. 621-655 (oficialmente, 1973).
- (1979), *Der Entkolonialisierungskonflikt in Angola*, Munique, Weltforum (versão resumida): *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976: Ensaio de Sociologia Política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- (1980), «Formation sociale, développement économique et option socialiste en Angola», in *Genève-Afrique*, 18 (1), pp. 33-43.
- (1981), «Angola a partir de 1900: um balanço crítico das pesquisas em ciências sociais», in *Estudos de Economia*, 1 (2), pp. 181-195.
- Heimer, Franz-Wilhelm, e Silva, Elisete Marques da (1981), «Angola sob o domínio português: A difícil reconstrução histórica», in *Diário de Notícias* (Lisboa) de 14 de Abril de 1981, pp. 7 + 10.
- Hindess, Barry, e Hirst, Paul Q. (1975), *Pre-Capitalist Modes of Production*, Londres, Routledge & Kegan Paul (*Modos de Produção Pré-Capitalistas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976).
- Houtart, François (1978), *L'Angola après deux ans d'indépendance: aspects socio-politiques et socio-religieux*, Outignies/Louvain-la-Neuve, Centre Tricontinental.
- Martin, Phyllis M. (1980), *Historical Dictionary of Angola*, Methuen/N. J. + Londres, Scarecrow.
- Morais, João David de (1978), *Transformações Ocorridas na Sociedade Umbundu desde o Colapso do Comércio da Borracha até ao Fim da Era Colonial*, manuscrito não publicado.
- Morais, Júlio Artur de (1974), *Contribution à l'étude des écosystèmes ruraux. Les Vakuvuls du Chingo*, tese de doutoramento, Paris, Université Paris VII.
- Palmer, Robin, e Parsons, Neil (orgs.) (1977), *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, Londres, Heinemann.
- Pélissier, René (1978), *La colonie du Minotaure: Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, ed. do autor.
- Poessinger, Hermann (1968), *Landwirtschaftliche Entwicklung in Angola und Moçambique*, Munique, Weltforum.
- (1973), «Interrelations Between Economics and Social Change in Rural Africa: The Case of the Ovimbundu of Angola», in F. W. Heimer (org.), *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum, pp. 31-52.
- Pouillon, François (org.) (1976), *L'anthropologie économique: courants et problèmes*, Paris, Maspero (*A Antropologia Económica*, Lisboa, Edições 70, 1979).
- Rey, Pierre-Philippe (1971), *Colonialisme, néo-colonialisme et transition au socialisme: Le cas de la Comilog au Congo*, Paris, Maspero.
- (1977), «Le transfert de surtravail de la paysannerie vers le capitalisme», in *L'homme et la société*, n.ºs 45-46, pp. 40-49.

- Rocha, (Manuel José) Alves da; Lourenço, Nelson; Guerra, (Armindo) Morais (1979 a), «Angola nas vésperas da independência», in *Economia e Socialismo*, n.ºs 36, pp. 25-44, 37, pp. 39-45, e 38, pp. 40-49.
- (1979 b), «O sistema tradicional na formação económica e social angolana (1969-73)», in *Economia e Socialismo*, n.º 45, pp. 29-50.
- (1980), *Grupos Sociais na Sociedade Rural Africana de Angola (Período Colonial, 1969/73)*, comunicação ao 5.º Congresso Mundial de Sociologia Rural, México.
- Ribeiro, Óscar (1981), *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, Elisete Marques da (1978), *O Impacto da Dominação Colonial nas Sociedades Africanas do Sul de Angola*, manuscrito não publicado.
- Em preparação: *Éducation et incorporation: Le rôle de l'enseignement dans l'intégration coloniale des agro-pasteurs à la formation sociale angolaise*, Munique, Weltforum.
- Silva, Jorge Vieira da (1974), *Écologie et développement*, Paris, Université Paris VII.
- Silva, Jorge Vieira da, e Morais, Júlio Artur de (1973), «Ecological Conditions of Social Change in the Central Highlands of Angola», in F. W. Heimer (org.), *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum, pp. 93-109.
- Silveira, Joel Frederico da (1980), *Du féodalisme au capitalisme: de la transition à l'articulation des modes de production*, tese de DEA, Paris, Université Paris VIII.
- (1982), *Sobre a Articulação dos Modos de Produção*, manuscrito não publicado.
- Srour, Robert Henry (1978), *Modos de Produção: Elementos da Problemática*, Rio de Janeiro, Graal.
- Taylor, John G. (1979), *From Modernization to Modes of Production*, Londres, Macmillan.
- Torres (Guimarães), Adelino (1981 a), *Colonização, Penetração de Capital e Dependência (Angola)*, 2 vols., tese de doutoramento, Lisboa, UTL/ISE.
- (1981 b), *Evolução de Algumas Componentes da Balança de Pagamentos de Angola nos Fins do Período Colonial*, tese complementar de doutoramento, Lisboa: UTL/ISE.
- (1981 c), *Urbanização Colonialista em Angola*, manuscrito não publicado.
- (1982), «Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)», neste volume.
- Wheeler, Douglas L. (1980), «Portuguese Withdrawal from Africa 1974-1975: The Angolan Case», in J. Seiler (org.), *Southern Africa Since the Portuguese Coup*, Boulder, Westview.
- Wolpe, Harold (1972), «Capitalism and cheap labour power in South Africa», in *Economy and Society*, 14 (4), pp. 425-456.
- (1980), *The Articulation of Modes of Production*, Londres, Routledge & Kegan Paul.